

LEI COMPLEMENTAR Nº 010/2014

Súmula: “Ficam alterados os dispositivos da Lei Complementar nº 001, de 29 de dezembro de 1997, e institui a Taxa Ambiental, conforme especifica”.

A CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Dá nova redação ao inciso VII e acresce o inciso VIII ao art. 64 da Lei Complementar nº 001, de 29 de dezembro de 1997, passando a constar a seguinte redação:

"Art. 64 ...

(....)

VII – apreensão e de depósito de coisas ou animais; (NR)

VIII – Licenciamento Ambiental.”

Art. 2º. Os arts. 66, 68, 69 e 71 da Lei Complementar nº 001, de 29 de dezembro de 1997, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 66. O fato imponible das taxas de localização, de publicidade, de licença para execução de obras, de comércio em via pública, de vistoria de edificações e de licença ambiental, ocorre no momento da solicitação, pelo contribuinte, das atividades municipais a elas referentes”. (NR)

§ 1º. O fato gerador da taxa ambiental é o exercício do Poder de Polícia pelo Município de Araucária, através de seus órgãos e agentes competentes, com a prática dos atos necessários a expedições de licenças ambientais; a expedição de autorização ambiental florestal para manejo de vegetação em área urbana ou rural; de vistoria e análise de projetos e instrumentos de licenciamento ambiental; bem como a prática de demais atos e serviços que tenham relação com o processo de licenciamento ambiental, ou sejam, praticados no interesse da fiscalização Municipal, definidos em Lei específica.

§ 2º. A especificação das espécies de licenças ambientais, dos tipos de manejo de vegetação que serão objeto de autorização ambiental florestal, dos parâmetros ambientais para empreendimentos industriais, das espécies de atos e serviços públicos sujeitos ao recolhimento de taxa ambiental, bem como a fixação dos valores das taxas referentes a estes serviços e os mencionados no parágrafo anterior serão objetos de Lei específica.

“Art. 68. O fato imponible da taxa de apreensão e de depósito de coisas ou animais ocorre no momento da efetiva apreensão por agente público”. (NR)

“Art. 69. É sujeito passivo das taxas de localização, de publicidade, de licença para execução de obras, de comércio em via pública, de vistoria de

edificações e de licença ambiental, o beneficiário das atividades municipais a elas referentes”. (NR)

Parágrafo único. O sujeito passivo da taxa ambiental é a pessoa física ou jurídica cuja atividade ou empreendimento esteja sujeita ao licenciamento ambiental de competência municipal e que requerer serviço sujeito à sua incidência ou for o destinatário do exercício de poder de polícia.

“**Art. 71.** É sujeito passivo da taxa de apreensão e de depósito de coisas ou animais, o proprietário ou possuidor da coisa ou animal apreendido”. (NR)

Art. 3º. Dá nova redação ao inciso VII, acresce o inciso VIII e seus respectivos parágrafos ao art. 73 da Lei Complementar nº 001, de 29 de dezembro de 1997, sendo alterado o parágrafo único do presente, conforme segue:

"Art. 73 ...

(....)

§1º. A unidade de valor será multiplicada:

VII. Na taxa de apreensão e de depósito de coisas ou animais, pelo período em dias, em que a coisa ou animais apreendido permanecer depositado. (NR)

§ 2º. Para todas as taxas referentes ao Processo de Licenciamento Ambiental solicitado à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, serão adotados os valores estabelecidos em Lei Municipal específica, que tem por base o custo estimado da atividade administrativa para vistorias, estudos e análise de projetos, em função do porte e do potencial poluidor/degradador do empreendimento ou atividade a ser licenciada.

§ 3º. As Taxas previstas neste Código serão devidas independentemente do deferimento ou não das licenças requeridas.

§ 4º. Os recursos arrecadados, provenientes dos valores da Taxa Ambiental, serão integralmente depositados em conta especial sob denominação de Fundo Especial de Meio Ambiente – FEMA, instituída pela Lei Municipal nº 1.292/2001.”

Art. 4º. A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Araucária, 12 de dezembro de 2014.

OLIZANDRO JOSÉ FERREIRA
Prefeito Municipal